



A CONTABILIDADE COMO UMA FERRAMENTA PARA A GESTÃO AMBIENTAL

Raisa Cipresso Faria
FACESM/FAPEMIG

Fabio José Luz
FACESM

Louise Maria Aniceto Dias
FACESM/FAPEMIG

Vladas Urbanavicius Junior
FACESM/UNINOVE

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como a contabilidade pode se inserir no contexto da gestão ambiental, como uma ferramenta de auxílio à tomada de decisão e relacionar os benefícios econômicos trazidos possivelmente por essa gestão, pois as empresas que adotam um SGA (Sistema de Gestão Ambiental) e que estão dentro dos padrões legais, serão competitivas, se destacarão no mercado e isso se refletirá em seus balanços financeiros. A pesquisa revelou que a Contabilidade Ambiental possui potencial para auxiliar os gestores no Sistema de Gestão Ambiental, porque pode ser usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, através de relatórios contábeis onde deverão ser evidenciados, os gastos com o controle ambiental. A Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa, pois se verificou que um fato gerador independe de uma nota fiscal, ou qualquer outro documento, cabendo aos gestores contabilizar os fatos provocados pela empresa ao meio ambiente, mostrando suas ações aos usuários da contabilidade como forma de responsabilidade social.

Palavras-chaves: Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Responsabilidade Social.

1. INTRODUÇÃO

Compreende-se que a Contabilidade tem por objetivo não só a mensuração dos fatos que evidenciam a situação patrimonial e sua evolução, mas, demonstrar, a todos os usuários e interessados em seus relatórios, de que forma a organização está interagindo com o ambiente em que se situa, informando os investimentos realizados, as despesas e as obrigações assumidas em benefício do meio ambiente, seja no sentido de evitar sua degradação, seja nos gastos efetuados para recuperar agressões praticadas contra o meio ambiente.

A contabilidade ambiental pode ser uma ferramenta útil para evidenciar o que as empresas têm investido ou têm gasto com questões ambientais. Diante deste contexto da importância da Gestão Ambiental algumas indagações, merecem respostas, e trata-se, portanto, de um problema de pesquisa: Como a Contabilidade Ambiental pode auxiliar as empresas fornecendo relatórios para a avaliação da gestão ambiental?

O objetivo deste trabalho é demonstrar como a contabilidade ambiental pode se inserir no contexto da gestão ambiental, como uma ferramenta de auxílio à tomada de decisão relacionar os benefícios econômicos trazidos possivelmente por essa gestão, pois as empresas que adotam um SGA (Sistema de Gestão Ambiental) e eu estão dentro dos padrões legais, serão competitivas, se destacarão no mercado e isso se refletirá em seus balanços financeiros.

É indiscutível o fato de que a questão ambiental exerce papel importante no mercado, na sociedade, influencia governos, consumidores e o setor empresarial, ainda que se tenha um caminho longo a percorrer até que se chegue a uma forma de desenvolvimento sustentável.

As empresas precisam aliar seus processos produtivos com a questão ambiental, e muito se tem discutido sobre a melhor forma de conciliar essa relação. Surgiram normas e processos através de um SGA que auxilia os gestores no controle do impacto causado no meio ambiente em função de suas atividades.

2. METODOLOGIA

Este trabalho se constitui em uma pesquisa do tipo exploratória. Ele foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos, dissertações, com o intuito de conhecer o que já foi escrito sobre o assunto.

O trabalho está dividido em dois tópicos principais. No primeiro tópico descreve a gestão ambiental, seus conceitos, seus benefícios, sua implantação e formas. O segundo tópico descreve a Contabilidade Ambiental, o seu significado, sobre ativo ambiental, passivo ambiental, custos, despesas e receitas ambientais e balanço patrimonial. Ao final são feitas as considerações sobre a importância da Contabilidade Ambiental.

3. A GESTÃO AMBIENTAL

Gestão Ambiental é um sistema organizacional que inclui atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e manter uma política ambiental que faça a empresa aliar de forma interna e externa o gerenciamento de suas atividades para a conquista da qualidade ambiental desejada.

Para Meyer (2000), a gestão ambiental compreende:

- Manter o meio ambiente saudável (à medida do possível), para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras;
- Atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso e/ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viáveis técnica economicamente, com prioridades perfeitamente definidas;
- Criar instrumentos de monitoramentos, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização;
- Diagnosticar (cenários) ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas que forem detectados.

As empresas diante da competitividade atual e da globalização da economia visam mecanismos de sustentação para sua continuidade, tendo a gestão ambiental como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

3.1. SGA – SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Direcionando-se como base o modelo normativo NBR 14001, o Sistema de Gestão Ambiental é definido como a parte do sistema de gestão da organização que inclui estrutura

organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a sua política Ambiental.

O Sistema de Gestão Ambiental permite que a organização atinja o nível de desempenho ambiental por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando a eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiental, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras.

Os SGA não são obrigatórios, ou seja, não há legislação de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que obrigue a sua organização produtiva a realizar o desenvolvimento e a implantação de SGA (ANDRADE, CARVALHO E TACHZAWA, 2002). Contudo, o comércio internacional, cada vez mais, vem estabelecendo como condição de comercialização de produtos e serviços, a certificação formal dos fornecedores em termos de Gestão Ambiental.

3.2. BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

A nova visão a respeito das questões ambientais pelo setor empresarial ainda se inicia, e algumas empresas são pioneiras nestas mudanças. A nova visão leva a ver o meio ambiente como uma oportunidade e não como um problema. Isso faz com que benefícios sejam observados onde só se via despesas e processos judiciais.

Donaire (1995, p. 50) afirma que existem benefícios estratégicos e econômicos advindos da implantação de Gestão Ambiental. Ainda que exista dificuldade para estimá-los, estes podem ser detectados.

O quadro nº 1 mostra quais são estes benefícios na visão deste autor.

Quadro 1. Benefícios da Gestão Ambiental.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<p>Economia de Custos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Economias devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos.- Economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes.- Redução de multas e penalidades por poluição. <p>Incremento de Receitas:</p>

- Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais altos.
- Aumento da participação no mercado devido a inovação dos produtos e menos concorrência.
- Linha de novos produtos para novos mercados.

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

- Melhoria da imagem institucional;
- Renovação do “portifólio” de produtos;
- Aumento da produtividade;
- Alto comprometimento do pessoal;
- Melhoria nas relações de trabalho;
- Melhoria e criatividade para novos desafios;
- Melhoria das relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientais;
- Acesso assegurado ao mercado externo;
- Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: (DONAIRE, 1995, p.59).

Uma política correta em relação à questão ambiental, além de refletir na natureza, demonstra resultados melhores ainda em seus balanços financeiros.

3.3. PRINCÍPIOS DE GESTÃO AMBIENTAL

No relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1987), denominado “Nosso Futuro Comum”, ficou muito clara a importância da preservação ambiental para que consigamos o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, a Câmara de Comércio Internacional, reconhecendo que a proteção ambiental se inclui entre as principais prioridades a serem buscadas por qualquer tipo de negócio definiu, em 27 de novembro de 1990, uma série de princípios de gestão ambiental. Assim, para ajudar as empresas ao redor do mundo a melhorar seu desempenho ambiental, a Câmara do Comércio Internacional estabeleceu o denominado *Business Charter for Sustainable Development*, que inclui uma série de princípios que deverão ser buscados pelas organizações. Eles compreendem 16 princípios para a Gestão Ambiental que, sob a ótica das organizações, são essenciais para atingir o Desenvolvimento Sustentável.

3.4. GESTÃO AMBIENTAL E SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Com as transformações demográficas ocorridas a partir da metade deste século, a população brasileira aumentou 2,7 vezes entre 1950 e 1970, passando 74,3% a viver em zonas urbanas (VIANNA & VERONESE apud ANDRADE, 2002, p. 5).

Com a modernização de suas bases desenvolvimento que acarretou em um alto nível de industrialização, esse ritmo acelerado passou a provocar impactos profundos no meio ambiente.

O governo brasileiro em decurso dessas transformações passou a ver a necessidade e a oportunidade de institucionalizar autoridade em nível federal a preservação ambiental do país com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (30 de Outubro de 1973). Tal iniciativa foi procedida pela criação da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) (Lei nº. 118, 29 de junho de 1973), sendo logo em seguida instituído o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), na Bahia em 4 de Outubro de 1973.

Os gastos com a questão ambiental para as instituições passaram a ser vistos, pelas empresas líderes, como investimentos futuros e não como custos, e conseqüentemente vantagem competitiva, passando de defensiva e reativa para ativa e criativa (ANDRADE, 2002, p. 8).

Passando a adotar um marketing, as empresas visaram um melhor resultado em suas operações, por meio da criação de novos produtos “verdes” e de ações voltadas para a proteção ambiental. O produto precisa ser ecologicamente viável (ANDRADE, 2002, p.11).

3.5. FORMAS DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Uma das maneiras mais usuais de se iniciar uma gestão voltada para o meio ambiente tem sido a implantação de uma SGA com vistas a certificação segundo as normas internacionais ISO 14000, em especial a ISO 14001 voltada para a gestão ambiental, definindo os elementos de um SGA, a avaliação de desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida.

3.6. A SÉRIE ISO (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION) 14000

Embora muitas organizações pelo mundo afora venham desenvolvendo e implementando sistemas de gestão ambiental há alguns anos, elas têm dificuldade de serem reconhecidas por quem conta: clientes, detentores de interesses e legisladores. O movimento a favor da prática de uma norma internacional oferece essa possibilidade (HARRINGTON et al, 2001).

A série ISO 14000 possui uma série de normas e diretrizes voluntárias, e possui vantagens significativas complementando os requisitos regulatórios, como exemplo podem retratar: reduz conflito entre agências reguladoras e indústrias, tende a encorajar as empresas a se envolver mais com os programas de desenvolvimento ambiental, as indústrias envolvem-se em sua criação, são desenvolvidas num ambiente consensual, etc.

A ISO 14000 referem-se a diferentes tipos de certificação que incluem normas de rotulagem, de auditoria e de desempenho ambiental.

A ISO 14001 é o único padrão normativo sobre sistema de gestão ambiental. Por outro lado, a ISO 14004 é um padrão informativo que orienta a implementação da ISO 14001. A ISO 14004 é de grande ajuda para as empresas com inexperiência com SGA.

4. A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

A preocupação mundial em relação ao meio ambiente caminha para um consenso em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos com objetivo de atingir o bem-estar geral no futuro.

Os contadores têm um papel fundamental nessa perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar às empresas a implantarem sistemas de gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Em meados da década de 60, surge um novo fenômeno social com impacto econômico nas empresas: o interesse da sociedade na mensuração da qualidade de vida, monitoramento de mudanças sociais e a demanda de divulgação de indicadores e informativos sociais.

Portanto, as necessidades dos usuários da informação contábil mudaram e deram indícios do surgimento de uma subdisciplina da ciência derivada deste novo fenômeno: a Contabilidade Econômico-Social ou Contabilidade Social (MACHADO, 2006, p.8).

Neste mesmo sentido, surge um novo paradigma: a questão ambiental e sua influência no patrimônio das empresas. A União Européia recentemente recomendou que as empresas incluam mais informações ambientais em seus relatórios anuais. Estas informações permitem aos mercados julgarem e compararem quais empresas arcam com mais custos ambientais e quais lucram mais com programas ambientais. Assim como este bloco tem necessidades específicas, o público em geral está cada vez mais interessado em identificar o que a companhia está fazendo em prol do meio ambiente.

O objetivo da Contabilidade Ambiental é direcionar o sistema de informações já adotado pela Contabilidade tradicional para a mensuração e evidenciação aos usuários da informação contábil do impacto ambiental no patrimônio das organizações e da conduta da empresa em relação ao meio ambiente.

4.1. A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Nas empresas a Contabilidade ambiental pode ser definida como “o ramo da contabilidade que se preocupa com a captação e tratamento de todos os fenômenos resultantes da influência ambiental da empresa, para assim poder fornecer informações sobre a utilização dada aos elementos naturais e sobre as medidas tomadas para evitar sua escassez” (SOUZA, 1993, p. 45).

A internalização de custos ambientais por parte das empresas e organizações é um desafio decorrente da crescente conscientização da sociedade que cada vez mais atribui importância ao gerenciamento responsável dos recursos naturais, demandando informações a respeito da gestão destes recursos, tarefa que cabe à contabilidade.

Define-se então contabilidade ambiental como estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, externo e interno informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e identificação.

Segundo Kraemer (2002) as três grandes áreas que classificam os instrumentos da Contabilidade Ambiental são: produção (aspectos), direção (decisões) e meio ambiente (impactos), sendo considerado:

- . **Aspectos Ambientais** – os elementos específicos das atividades, produtos ou serviços da empresa que podem interagir positivamente ou negativamente com o meio ambiente;

- . **Decisões Ambientais**- as políticas, estratégias, planos de ação e instrumentos de trabalho que a direção da empresa adota para desenvolver uma gestão ambiental determinada da companhia;

- . **Impactos Ambientais** – toda troca do meio ambiente, adversa ou benéfica ao seu resultado, total ou parcialmente, das atividades, produtos ou serviços da empresa.

Segundo FARIA (2000), um dos problemas da contabilidade ambiental é a difícil caracterização dos eventos de natureza ambiental dos demais fatos ocorridos em geral da empresa, bem como sua correta classificação e avaliação contábil.

FARIA (2000) enumera, ainda, outros fatores que dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental:

- . Ausência de definição clara de custos ambientais;
- . Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- . Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- . Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo, no caso de uma usina nuclear;
- . Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

4.2. ATIVO AMBIENTAL

Diante de uma crescente preocupação ambiental, percebe-se necessidade de mensurar os bens tangíveis e intangíveis relacionados à preservação do meio ambiente.

São considerados ativos ambientais recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter

benefícios econômicos futuros, e que tenham, por finalidade, o controle, preservação e recuperação do meio ambiente (SOUZA, 1993, p.51).

Sendo assim, podem-se conceituar ativos ambientais como sendo recursos econômicos controlados por uma entidade e que tem por finalidade trazer benefícios para a empresa e o meio ambiente na qual está inserida.

Podem ser definidos também como ativos ambientais os estoques de insumos, peças e acessórios para a redução da degradação ambiental ocasionada pela empresa, além de investimentos em máquinas, equipamentos e instalações adquiridas para diminuir os impactos ambientais gerados pela função da mesma.

Enfim, os ativos ambientais são todos os direitos destinados ou provenientes da atividade e gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo.

O capital circulante (capital de giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis. Exemplos de ativos ambientais que se enquadram neste grupo:

- **Disponibilidades** – podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental;
- **Realizáveis a curto prazo** – podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional;
- **Investimentos** – participação societária em empresas ecologicamente responsáveis;
- **Imobilizado** – Bens destinados a manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc;
- **Diferido** – Gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção que beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo os gastos de implementação do Sistema de Gestão Ambiental para certificação ISO 14001;

Completando o grupo do ativo, vale destacar, também, o ativo ambiental intangível, que são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração. Como exemplo, pode-se citar a certificação ISO 14001 que trará valorização da imagem e marca da empresa.

4.3. PASSIVO AMBIENTAL

O Passivo Ambiental representa os danos causados ao meio ambiente, representando, assim, a obrigação, a responsabilidade social da empresa com os aspectos ambientais. Devem ser constituídos pela expectativa de sacrifício de benefícios futuros imposta por legislações e regulamentos ambientais, como taxas, contribuições, multas e penalidades.

Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou ação, o meio ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão. (KRAEMER, 2000)

Segundo Ribeiro (1998 : 75), existe pelo menos três tipos de obrigações:

- **Legal** – Quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar, etc) ou a geração de resíduos tóxicos. Esta obrigação legal surge de um contrato, legislação ou outro instrumento legal.
- **Construtivas** – São aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais. Pode ocorrer quando a empresa estiver preocupada com sua reputação na comunidade em geral, ou quando esta consciente de sua responsabilidade social, usa os meios para proporcionar o bem-estar da comunidade.
- **Justas (equitables)** – Refletem a consciência de responsabilidade social; ou seja, a empresa cumpre em razão de fatores éticos e morais, independentemente de lei. Aqui tem se claramente definida a questão da consciência de responsabilidade social, ou preocupação com a reputação da empresa.

Segundo Kraemer (2002) o passivo ambiental pode ser originado de:

- Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de águas químicas, etc);
- Aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- Despesas de manutenção e operação do “departamento” de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra;

- Gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão-de-obra, insumos em geral, etc);
- Multas por infrações ambientais;
- Gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados á tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa com a opinião pública, etc.

O passivo ambiental deverá ser reconhecido a partir do momento da ocorrência do fato gerador, independente de qualquer cobrança externa, o passivo não se configura apenas com a existência de uma nota fiscal, um contrato ou um auto de infração.

4.4. CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

Os custos ambientais são representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito do controle, preservação e recuperação ambiental, em que as atividades serão aquelas objetivamente identificáveis como relacionadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente (GALLINA, 2003).

Muitas vezes é difícil identificar os custos ambientais, devido ao fato de muitos deles serem intangíveis. Sendo mais apropriado fazer uma análise do impacto ocasionado pela má utilização do meio ambiente e verificar a melhor forma de efetuar sua mensuração.

As contas de despesas, quando relacionadas ao processo produtivo, deverão acompanhar a contabilização do custo de produção.

4.5. RECEITA AMBIENTAL

Quando se implanta uma SGA em uma empresa o objetivo não é gerar receita, mas sim uma política responsável em relação aos problemas ambientais. Mas isto não impede a empresa de tirar proveitos econômicos sobre este processo.

Santos et al (2001) dá exemplo de três tipos de receitas ambientais:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- Venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo;

- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Este último item reflete o quanto à empresa pode ganhar se destacando no mercado com sua política ambiental. É realizado por meio de estatísticas, através dos consumidores que preferiram adquirir os produtos da empresa, em detrimento com a preocupação com o meio ambiente.

4.6. BALANÇO PATRIMONIAL COM ÊNFASE NO MEIO AMBIENTE

O principal objetivo do Balanço Patrimonial é tornar público, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 750-93 do CFC.

O quadro nº 2 apresenta um exemplo de Balanço Patrimonial com ênfase no meio ambiente de acordo com Kraemer (2000):

Quadro 2. Balanço Patrimonial com ênfase no Meio Ambiente

ATIVO	PASSIVO
<p>CIRCULANTE Circulante Financeiro Caixas e Bancos Clientes Estoques Circulante Ambiental Estoques REALIZÁVEL A LONGO PRAZO Longo Prazo Financeiro Títulos a receber Longo Prazo Ambiental Estoques PERMANENTE Permanente Financeiro Investimentos Financeiros Ações de outras Cias</p>	<p>CIRCULANTE Circulante Financeiro Fornecedores Títulos a Pagar Circulante Ambiental Fornecedores Financiamentos EXIGÍVEL A LONGO PRAZO Longo Prazo Financeiro Financiamentos Longo Prazo Ambiental Financiamentos PATRIMÔNIO LÍQUIDO Patrimônio Líquido Financeiro Capital Social</p>

<p>Imobilizado Financeiro Máquinas e Equipamentos Veículos e Acessórios (-) Depreciação Acumulada Diferido Financeiro Despesas de Exercícios Seguintes Permanente Ambiental Imobilizado Ambiental Máquinas e Equipamentos Instalações (-) Depreciação Acumulada Diferido Ambiental Despesas de Exercícios Seguintes</p>	<p>Reservas de Capital Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos) Acumulados Patrimônio Líquido Ambiental Reservas p/ Preservação do Meio Ambiente</p>
--	---

Fonte: Kraemer (2000, p.13)

Atualmente, a maioria das empresas brasileiras promove a elaboração e posterior publicação do seu balanço patrimonial sem nele constar os grupos de ativos e passivos ambientais (ANTUNES, 2005, p.57).

Percebe-se que em virtude da não demonstração detalhada da empresa sobre seus ativos e passivos ambientais ela pode até ser prejudicada, isso porque, não apresenta aos usuários da contabilidade o cumprimento de sua responsabilidade para com o meio ambiente.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho revela a grande importância da inserção de um sistema de gestão ambiental nas empresas e sendo implantado de uma maneira correta, poderá trazer benefícios econômicos e estratégicos para as organizações.

Partindo dessa premissa, a Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno. Estar presente na luta pela preservação ambiental, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades do meio ambiente.

Atualmente a sociedade, o mundo dos negócios e a globalização da economia estão forçando as empresas que exploram os recursos naturais a se preocuparem com o meio ambiente. Assim pode-se fazer uma analogia a esse cenário, pois as empresas chamadas de “verde” são mais competitivas e se destacam no mercado.

A contabilidade ambiental surge como um instrumento de gestão através de seus conceitos e sua aplicabilidade dentro do âmbito ambiental.

Considerando a questão ambiental, muitas vezes é difícil valorar o quanto um dano ambiental pode “custar” para a empresa. Diante da discussão apresentada verifica-se que um fato gerador independe de uma nota fiscal, ou qualquer outro documento, cabendo aos gestores contabilizar estes fatos e estarem cada vez mais atentos a esses paradigmas.

A Contabilidade Ambiental pelo que se pôde verificar ainda é pouco utilizada devido à falta de conhecimento e por sua difícil aplicabilidade, e ainda, a maioria das companhias desconhece as vantagens que sua utilização pode trazer para seus negócios.

O trabalho realizado, apesar da escassez de material sobre o tema apresentado, evidencia a necessidade de aprofundamento dos estudos nessa ciência que, cada vez mais, mostra-se ligada ao meio ambiente onde vivemos e sugere a inserção da Contabilidade Ambiental na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, devido à relevância do assunto e principalmente para a formação de um profissional contábil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Ótávio Bernardes de; CARVALHO, Ana Barreiros de; TACHZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ANTUNES, Cleber do Carmo, **Contabilidade: Da Pictografia à Preservação do Meio Ambiente**, Belo Horizonte, CRC-MG, 2005.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FARIA, Helena Mendonça, **Benefícios Econômicos da Gestão Ambiental: Uma discussão**. Florianópolis (SC), 2000. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

GALLINA, Daniela Antonieta, **A Importância da Contabilidade Ambiental e sua Utilização na Preservação do Meio Ambiente**. Florianópolis (SC), 2003. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

HARRINGTON et al, H. James. **A Implementação da ISO 14000**, São Paulo: Atlas, 2001.

KRAEMER, M. E. P. **O impacto da Contabilidade do Meio Ambiente no Sistema de Gestão Ambiental.** Seminário de Responsabilidade Social e Ambiental, 2002. Disponível em www.gestiopolis.com, acesso em 11 de março de 2009.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, **A Contabilidade como instrumento de Gestão Ambiental, 2000.** Disponível em www.gestaoambiental.com.br, acesso em 15 de março de 2009.

MACHADO, Carla Mara, **Contabilidade Ambiental: O Papel da Contabilidade na Evidenciação de Investimentos, Custos e Passivos Ambientais.** Florianópolis (SC), 2006. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

MEYER, M. M. **Gestão Ambiental no Setor Mineral : um estudo de caso.** Florianópolis (SC), 2000. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS et al, Adalto de Oliveira. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo Sobre Sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras.** Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 16, n.27, p. 91-92, Setembro/Dezembro 2001.

SOUZA, M. T. S. **Rumo à Prática Empresarial Sustentável.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, SP: v.4, n.33, p.40-52, jul/ago/1993.